

Assembleia Municipal do Chiveve chumba

POR EDWIN HOUNNOU

A Assembleia Municipal da Beira, AMB, reunida em plenário, na sua XXII sessão ordinária, nos dias 21, 22 e 23 de Maio de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Município, deliberou, através da nota 64/AMB/08, por maioria absoluta de votos dos seus membros, reprovar a proposta do Ministério da Administração Estatal, MAE.

A proposta do ministério dirigido por Lucas Chomera quer fazer o ajustamento da divisão administrativa e revisão dos limites das circunscrições territoriais das cidades e vilas, segundo seu ofício ministerial com a referência 310/MAE/GM/2008.

No momento da votação, a bancada minoritária do partido Frelimo votou a favor da divisão da Beira, gesto visto como fazendo coro às intenções do governo da Frelimo que tudo faz para apagar a Renamo da Beira, nas próximas eleições de 19 de Novembro que vem.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RICA ARQUIVADO

O município havia aprovado um programa de desenvolvimento dos bairros propostos a desanexação, e isto está a provocar um sentimento de revolta nas populações visadas. Dizem que a integração dos seus bairros na administração do Estado será um grande retrocesso nas suas vidas porque serão remetidos ao esquecimento tal como vinham sendo nos anos antes à governação da Renamo.

Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para impedir que a tal se abata sobre nós, garantem os municípios contactados, em declarações a este jornal. Ninguém torra farinha conosco, desafiam. Sabemos que estão a dizer que nos auscultaram, mas podemos garantir que nos ouviu. Querem impor a sua vontade, porém, nós não queremos disseram quase em unísono.

O Governo central, através do Ministério da Administração Estatal, MAE, pretende reduzir, substancialmente, os limites territoriais de certos municípios e alargar outros, alegando que há certos serviços municipais que não se fazem sentir nessas áreas, por isso mesmo, aquelas zonas passariam para a tutela da administração do Estado.

GOVERNO REDUZ, DE FORMA DRÁSTICA, A ÁREA DO MUNICÍPIO

Inicialmente, o MAE havia anunciado que seriam de-

sanexados do município da cidade da Beira o Posto Administrativo de Nhangau que compreende os bairros de Nhangau-sede, Nhangoma, Tchondja e o bairro do Matadouro, vizinho do populoso bairro de Inhamizua. Mais tarde, o MAE abandona a intenção de, também, retirar o bairro de Matadouro apenas.

Este andar ora para trás, ora para frente, demonstra as incongruências resultantes da falta de estudo no terreno. No terreno, os residentes dos bairros visados dizem não terem sido consultados por ninguém para esse efeito e dizem que estão defraudados com a intenção de os isolar do município.

A concretizar-se este desígnio do Governo, dos actuais 633 quilómetros quadrados, o município da Beira passaria a ter como remanescente, somente, 271 quilómetros quadrados, portanto, um pouco mais que um terço do seu território. A maior parte passaria para a administração distrital da cidade da Beira.

Um grupo de burocratas, sentados nos seus gabinetes, em Maputo, com lápis em riste, redesenham as delimitações dos municípios sem se darem ao trabalho de descerem ao terreno para se aperceberem da forma como estavam a esquarterar os municípios. Foi desta maneira que os europeus desenharam as fronteiras dos países africanos. As consequências nefastas desta atitude ainda se fazem sentir até aos nossos dias. É contra esta atitude pouco transparente que o município da Beira está a contestar.

Esta redução, diga-se em abono da verdade, extremamente drástica e draconiana, para menos de um terço da actual superfície do município do Chiveve, é vista como uma tentativa desesperada do partido no poder para voltar a "capturar". O município como tudo indica, vai votar a favor do partido Renamo e do seu actual edil, Davis Simango. É um dado adquirido, a ler pelas realizações feitas, que os municípios venham a ter alguma dúvida em quem escolher para dirigir os destinos da cidade da Beira.

O QUE O MUNICÍPIO DA BEIRA ESTÁ A CONTESTAR?

A Lei nº19/2007, de 16 de Junho, conhecida por Lei de Ordenamento do Território, no seu artigo 21 (Direito à Informação), diz, taxativamente, o seguinte e nós passamos a citar:



A Cidade da Beira tem sido um furacão político entre a Frelimo e a Renamo

1. Todos os cidadãos, comunidades locais e pessoas colectivas, públicas e privadas, têm direito à informação completa dos conteúdos bem como das alterações aos instrumentos de ordenamento territorial.

2. O direito à informação abrange todo o processo de elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial, garantindo-se a divulgação prévia dos respectivos programas, planos e projectos.

3. Após a publicação dos programas, planos e projectos de ordenamento territorial, o direito à informação consiste no direito de consultar o respectivo processo e de obter cópias e certidões de peças documentais, no todo ou em parte, dos referidos instrumentos.

NOTA EXPLICATIVA

1. Instrumento de ordenamento territorial – elaborações reguladoras e normativas do uso do espaço nacional, urbano ou rural, vinculativos para as entidades públicas e cidadãos, conforme o seu âmbito e operacionalizados segundo o sistema de gestão territorial.

2. Ordenamento territorial – conjunto de princípios, directivas e regras que visam garantir a organização do espaço nacional através de um processo dinâmico, contínuo, flexível e participativo na busca do equilíbrio entre o Homem, o meio físico e os recursos naturais, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.

CHOMERA FALTA À VERDADE

O ministro Lucas Chomera diz, em Ofício nº302/MAE/GM/2008, de 14 de Maio de 2008, sobre o assunto de ajustamento da divisão administrativa e revisão dos limites das circunscrições das cidades e vilas, que: *no âmbito do ajustamento da divisão administrativa do país, o Ministério da Administração Estatal desenvolveu um estudo que teve o envolvimento e contribuições dos governos provinciais e das autarquias locais.*

Porém, este exercício de consulta às comunidades locais nem a qualquer outra entidade pública ou privada foi realizada pelo MAE. Tudo quanto diz é uma grande falsidade. Esta Lei foi, simplesmente torpedeada e esquecida. Esta é a questão que opõe o município do Chiveve às pretensões do Ministério dirigido por Lucas Chomera de desanexar alguns bairros sob a gestão do município.

A Assembleia Municipal fundamenta a sua posição de que as populações abrangidas não foram ouvidas nem consultadas para o efeito da divisão e reajustamento territorial. Tiveram conhecimento através da imprensa, como quaisquer outras pessoas, que os seus bairros iriam deixar de pertencer ao município. Nenhum membro da brigada que propõe a desanexação dos seus bairros apareceu para dizer uma só palavra do que está a acontecer.

A DIVISÃO É MANOBRADA FRELIMO – ACUSAM MUNICÍPIOS

A iniciativa governamental de reduzir a área do município com a desanexação do posto administrativo de Nhangau está a suscitar uma onda de descontentamento no seio dos municípios que vêem nisso uma atitude política e não administrativa como tal. O Zambeze ouviu alguns municípios que se manifestaram desapontados com a proposta de desanexação do governo.

Não vamos ceder, de ânimo leve, a esta manobra do governo central. Ao agir de tal forma, o partido Frelimo está mais preocupado com os propósitos políticos que dizem respeito a eles e não, de modo algum conosco. Quando precisávamos do apoio das autoridades não os encontramos. Agora aparecem a dizer que estamos a sofrer. É mentira deles. Nós estamos muito bem com o município. Pedimos para pararem de nos incomodar.

SE ESTIVESSEM NO NOSSO LUGAR, NÃO PENSARIAM NA DIVISÃO

– José Natal, residente na unidade bairro 24, em Tchondja: Não concordo com a desanexação do nosso Posto. Aqueles que dizem que nós não nos beneficiamos dos serviços municipais são uns mentirosos. Se eles vivessem aqui conosco desde os tempos de Chivavice Muchangage até aos dias que correm, não estariam a dizer tamanha barbaridade a nosso respeito.

Com a Renamo e Davis

Simango na direcção do município, já temos água potável, através do furo aberto pelo município, um posto de saúde, dois balneários públicos. O município vai construir, sabemos que há-de ser assim mesmo, uma escola primária e uma casa para professores, encurtando, assim as longas distâncias que os nossos filhos têm que percorrer para chegar à escola.

Se passarmos para a tutela da administração do Estado, tudo vai acabar. Voltaremos à estaca zero, pois temos essa experiência. Não olhavam por nós e agora dizem que têm pena de nós. É mentira. Desde a Independência, 1975, até 2003 que nada víamos. No passado não eram vistos dirigentes do Conselho Executivo nem do Conselho Municipal, mas, agora estão conosco a ajudar a resolver os problemas da população. Vamos mobilizar as populações para verem qual a diferença entre o passado e hoje. Não queremos ser divididos por motivações políticas. Que se batam no parlamento. Deixem-nos, assim, em paz, porque estamos muito bem.

DESANEXEM OS BAIROS ONDE VIVEM OS DIRIGENTES

– Rainha Ndzalo Zenha, residente na unidade 24, no bairro Tchondja: Quem disse que não nos beneficiamos dos serviços municipais? Para eles, os promotores da divisão, serviços municipais é só a recolha de lixo. Mas, não reparam que lá onde vivem o lixo não é recolhido regularmente.

pretensão do Governo de dividir Beira

A gente vê, na televisão, que a cidade do Maputo está mergulhada na imundície, poderiam começar por desanexar os bairros onde os mais altos dirigentes do País vivem porque, também, não se beneficiam, convenientemente, dos serviços municipais. Para além do lixo que não é recolhido regularmente, têm quase todas as ruas esburacadas.

Nós queremos continuar ligados ao município e pedimos para não nos atrapalharem com a desanexação. Davis Simango é nosso filho e ele nos ensina como devemos viver melhor. Conhecemo-lo bem e ele não se esconde de nós. Se não é ele que vem ter connosco, manda seus emissários. É isso que nós queremos e eu na qualidade de rainha, vou mobilizar a minha gente para continuar a confiar nele.

Não fomos consultados se nos beneficiamos ou não dos serviços municipais. Quem construiu este posto de saúde e abriu o furo de água? Quem fez aqueles dois balneários públicos? Se nos dividirem isso vai dar uma bronca muito grande. Queremos viver em paz. Estamos fartos de manobras políticas que só nos prejudicam. Que façam divisões do Save para o Sul. Nós estamos bem aqui com o município do nosso lado.

A FRELIMO TEM CIÚMES

— Maria José John, residente no Posto Administrativo de Nhangau: A decisão vem do Maputo e nós não fomos consultados. Ouvimos apenas dizer que o nosso Posto vai ser retirado e desconhecemos as razões e as motivações que sustentam a posição do Governo.

Se nos tivessem consultado, teríamos dito a eles que nunca estivemos tão bem como agora. Pensamos que o Governo do partido Frelimo tem inveja das realizações que acontecem na Beira. Antes dormíamos com o pôr do Sol, mas, agora temos luz suficiente. As ruas estão iluminadas que até podemos coser à agulha a qualquer hora sem esperar pela luz do dia como acontecia no passado.

Votamos na Renamo porque estávamos cansados de ser mal governados. Agora estamos a saborear a boa governação, por isso, pedimos para não nos interromper. Aconselhamos para que não tenham pressa em colocar obstáculos no nosso caminho. O partido Frelimo tem ciúmes da Renamo porque Simango é o melhor. Ele governa-nos bem

e estamos satisfeitos com o que faz em prol das populações das zonas que pretendem desanexar.

Quando a Renamo nos governar mal, não hesitaremos em mostrar cartão vermelho, mas, até aqui não há qualquer problema. Estamos satisfeitos com a equipa do nosso "mufana" — o mais novo —, como o edil da Beira é, carinhosamente, tratado pelos munícipes das zonas menos abastadas.

CHOMERA LARGOU MATADOURO CONVENCIDO PELA MÃE

— José Catembe, residente no bairro Matadouro: O ministro Lucas Chomera havia arrolado, também, o bairro do Matadouro para a desanexar, mas como a mãe dele vive aqui connosco, convenceu o seu filho a deixá-la desfrutar dos serviços municipais. Tem um balneário público perto da casa dela e um fontanário,

nos governarem mal como faziam os diferentes executivos do partido Frelimo, não hesitaremos em lhes retirar o nosso acto de confiança.

Por enquanto queremos o município do nosso lado. Os pobres quando morrem são enterrados com dignidade. O município disponibiliza transporte, caixão e apoio material em géneros alimentícios para a família enlutada. Isso não acontecia num passado recente, por isso, estamos muito satisfeitos.

Não entendemos quando alguns políticos da oposição falam de que estamos sendo mal governados. Nunca a nossa cidade foi tão bem governada como hoje com a Renamo no comando dos destinos da urbe.

MINISTRO CHOMERA É MENTIROSO — FALTA À VERDADE

A desanexação do Posto de Nhangau, retirando ao

objectivo a retirada do Posto Administrativo de Nhangau da cidade da Beira. Portanto, o ofício do Ministério da Administração Estatal é, totalmente, falso e enganoso.

Qualquer alteração ao mérito sem a participação pública das comunidades, é ilegal e antidemocrática. A lei diz que as comunidades devem ser ouvidas, consultadas e os resultados divulgados. Chomera não pode apresentar resultado de qualquer fase da consulta ou participação das comunidades locais, entidades públicas ou privadas.

AFINAL, O QUE DIZ A LEI IGNORADA POR CHOMERA?

Simango remeteu-nos à consulta da Lei nº 19/2007, de 18 de Julho, artigo 22, que diz o seguinte:

1. Todos os instrumentos de ordenamento territorial são submetidos à prévia apreciação pública.

de esclarecimento, formulação de sugestões e a intervenção pública.

5. As entidades públicas responsáveis por todo o processo de elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial, no âmbito das suas competências, devem divulgar publicamente todas as suas fases.

CHOMERA NA BEIRA, CORRENDO ATRÁS DE PREJUÍZOS

Recentemente, deslocou-se à Beira o ministro da Administração Estatal, Lucas Chomera, tendo-se reunido na Procuradoria Provincial de Sofala com um grupo de militantes do partido Frelimo, particularmente, daqueles que têm defendido, publicamente, a desanexação dos três bairros.

Vários cidadãos por nós interpelados dizem ser, apenas, frelimistas que

passar a sua ideia na Assembleia Municipal onde se debateu este assunto com a profundidade necessária, porém, em fórum inapropriado identificam-se como sociedade civil. Isto revela a falta de argumentos convincentes para o que se pretende fazer — a desanexação com todas as características políticas.

A CONSULTA FAZ-SE JUNTO DAS COMUNIDADES — DAVIS SIMANGO

Num encontro ocasional que tivemos com edil do Chiveve, Davis Simango, na cidade de Nampula, referiu que é junto das comunidades visadas, nomeadamente, de Nhangau, Tchondja e Nhangoma, que se faz a consulta e não é juntar uma dúzia de militantes do partido no poder para legitimar uma irregularidade.

A proposta e debate de reajustamento territorial e divisão devia ser feito nos bairros que querem desanexar e não na Procuradoria. Ao invés de consultarem as comunidades, consultam-se entre eles. Existe um interesse político em acomodar a representante do Estado na Beira que vai gerir o orçamento do Estado atribuído aos distritos. O governo trata o assunto desta maneira.

MUNICÍPIO FOI INFORMADO UMA HORA ANTES

Simango disse que tanto ele quanto aos órgãos municipais não se fizeram presentes na Procuradoria para ouvir a palestra de Lucas Chomera por terem sido informados tardiamente, quando faltava apenas uma hora para o início da sessão.

O MAE enviou-nos o convite de participação no encontro uma hora antes do início da reunião, propositalmente, para nos obrigar a gazetar. Isto mostra, de forma clara, que o MAE não estava interessado na nossa participação. Não é forá do campo de competição que se ganham os jogos.

Eles não consultaram as populações visadas de Nhangau, Tchondja e Nhangoma porque sabem qual vai ser a resposta, esclarece o edil. Por isso, preferem fazer bandjas com os camaradas e vai dizer o povo disse "sim", remata Siango. ☒



Lucas Chomera, Ministério da Administração Estatal



Davis Simango, presidente do Conselho Municipal da Beira

por isso, deve ter falado com o filho para que abandonasse as suas pretensões de dividir o município da Beira. O coração da mãe fala mais alto, rematou.

BEIRA NUNCA ESTEVE TÃO BEM GOVERNADA COMO AGORA

— Benjamim Nhenga, do bairro Matadouro: Quando dizemos que queremos continuar ligados ao município não se deve a motivações políticas, mas, ao bom desempenho demonstrado pelas autoridades municipais. Se, um dia, Renamo e Simango

município a maior parte do seu território, visa, exactamente, concretizar a velha máxima de dividir para reinar. Lucas Chomera mentiu, de forma, ao seu partido, superiores hierárquicos e ao povo, em geral, quando diz que desenvolveu um estudo com o nosso envolvimento. O nosso município não foi envolvido em qualquer tipo de estudo para dividir a cidade da Beira.

Desafiamos o ministro Chomera a apresentar, publicamente, uma acta em que nós assinámos a concordar ou discordar com o conteúdo que tenha por

2. Todos os cidadãos, comunidades locais e pessoas colectivas, públicas e privadas, têm o direito de colaborar nas acções de ordenamento do território, participando na elaboração, execução, alteração e revisão dos instrumentos de ordenamento territorial.

3. As comunidades locais, em articulação com os órgãos locais do Estado, participam na elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial, nos termos da legislação aplicável.

4. O direito de participação compreende o pedido

desejam, a qualquer preço, enfraquecer a influência da Renamo na cidade da Beira e não residentes dos bairros visados pela pretensa desanexação.

SOCIEDADE CIVIL É MESMA QUE FRELIMO?

Militantes do partido Frelimo, quando as circunstâncias exigem a opinião da sociedade civil, identificam-se também como sendo da sociedade civil, tal como o fez Manuel Gumançanze, membro da Assembleia Municipal da Beira.

Este é um exemplo vivo de que não conseguiu fazer